



“Guerra Civil” nas estradas UM DESAFIO PARA PORTUGAL

O Conselho Europeu de Segurança dos Transportes (ETSC) publicou no passado mês de junho o seu 19º Relatório Anual do Índice de Desempenho de Segurança Rodoviária (PIN). Neste documento é feita uma análise à segurança rodoviária em 32 países europeus, dando relevo, tanto aos sucessos verificados em alguns países, como aos retrocessos noutros.

Relativamente a Portugal o país está a ficar para trás em comparação com os seus pares europeus, o que se traduz numa lacuna crescente no desempenho da segurança rodoviária.

Os dados do [relatório PIN 2025](#) revelam um cenário preocupante para Portugal. Entre 2014 e 2024, o número de mortes na estrada em Portugal permaneceu praticamente inalterado, de 638 para 634 mortes.

Outros dados disponíveis indicam que Portugal não está a obter resultados na estratégia designada Visão Zero 2030, consubstanciada nos pilares: estradas seguras, veículos seguros, utilizadores



da estrada seguros, velocidades seguras e cuidados pós-acidente.

Não é tolerável que a “guerra civil” que se verifica nas estradas portuguesas continue a matar e a ferir gravemente milhares de portugueses.

Importa então reavaliar a estratégia e identificar o que está a falhar nela. Concluído este processo, urge agir em conformidade. ■

Na próxima Edição

Entrevista com **Mónica Ferreira**, presidente da Direção do Centro Europeu dos Riscos Urbanos (CERU).

Planeamento de Emergência em contexto marítimo.

Autor: António Varela.

A propósito da Gestão da Emergência.

Autor: António Calinas.

Pensar Planeamento Civil de Emergência.

Síntese conclusiva da Tertúlia realizada em 17 de junho de 2025, organizada conjuntamente pelo CEIPC e LBP.



**BOAS FÉRIAS!
VOLTAMOS EM SETEMBRO.**

PONTO DE SITUAÇÃO

O VALOR INSTRUMENTAL DO DEBATE... COM IDEIAS

Continuamos apostados em romper com a falta de debate existente no sistema de proteção civil, em Portugal. A falta de debate a que nos referimos não é de estados de alma, disputas de egos e maledicência militante - porque deste tipo de "debate" sempre houve em excesso. O debate que falta é o que se desenvolve a partir de ideias sustentadas em conhecimento, reflexão e disponibilidade para confrontar pontos de vista diferentes, sem que tal signifique politiquice medíocre ou raivinhas primárias.

Nesta edição da newsletter **CEIPC - inform@**, publicamos um conjunto de textos abordando temas diversos, mas todos eles reunindo no seu conjunto o indispensável binómio de credibilidade, ou seja, conhecimento-opinião.

Por isso agradecemos a todos os que corresponderam ao nosso convite para publicarem textos nesta edição, bem como aqueles que igualmente com a mesma disponibilidade, não remeteram a tempo os seus textos, pelo que serão publicados em próximas edições.

Entretanto continuamos a preparar a organização da **3.ª Conferência Nacional sobre Políticas Públicas de Proteção Civil, a reunir no Auditório da EDP, em Lisboa, nos dias 21 e 22 de abril de 2026, com o tema "Gestão de Eventos Extremos e Emergências Complexas"**.



Na nossa próxima edição divulgaremos mais informação sobre este evento, bem como abriremos as inscrições para o mesmo.

Relativamente ao programa, podemos confirmar a colaboração da **Ordem dos Engenheiros, Laboratório Nacional de Engenharia Civil e Centro Europeu de Riscos Urbanos**, que indicarão prestigiados oradores para abordar os temas constantes do mesmo.

Regressaremos em setembro com mais uma edição desta newsletter.

Até lá, votos de boas férias! ■

Duarte Caldeira

PARA UMA CULTURA DE RISCO

Mais Cidadania
Melhor Proteção Civil



Centro de Estudos e Intervenção em Proteção Civil



OPINIÃO

A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO NA GESTÃO DE EMERGÊNCIAS

André Fernandes

Perito da UE em Proteção Civil e Gestão de Crises

A gestão de emergências é uma área crítica que exige respostas rápidas, coordenadas e eficazes.

Em contexto de crise - sejam catástrofes naturais, acidentes industriais, acidentes multi-vítimas ou emergências de saúde pública - a comunicação surge como um pilar essencial. Sem uma comunicação eficiente, mesmo os melhores planos operacionais podem falhar.

Deste modo a comunicação em contexto de emergência assume-se como:

1. Comunicação como Pilar da Coordenação

Durante uma emergência, são várias as entidades que trabalham em simultâneo: Bombeiros, proteção civil, forças de segurança, serviços de saúde, entre outros agentes de Proteção Civil e entidades com especial dever de colaboração sejam públicas ou privadas.

A comunicação clara e tempestiva entre estes atores permite:

- Evitar duplicação de esforços e conflitos de atuação
- Garantir o uso eficaz dos recursos disponíveis
- Agilizar a tomada de decisão baseada em informação atualizada

A interoperabilidade dos sistemas de comunicação e o uso de protocolos partilhados são elementos técnicos indispensáveis.

2. Informação ao Público: Confiança e Segurança

A população, é um elemento ativo na gestão de emergências. Comunicar com a população com clareza e transparência permite:

- Reduzir o pânico e a desinformação
- Instruir comportamentos seguros (ex: evacuação, confinamento, higiene, etc.)
- Construir confiança nas autoridades

A comunicação deve ser adaptada aos diferentes públicos, usando canais apropriados (redes sociais, rádio, SMS, comunicados oficiais, etc.).



3. Comunicação Interna: Liderança

Dentro das equipas operacionais, a comunicação impacta diretamente a eficácia da resposta:

- Clarificação de missões e ordens de operação
- Partilha de riscos e alterações no terreno
- Manutenção do espírito de missão e coesão da equipa

Líderes eficazes sabem e devem ouvir, ajustar a linguagem ao momento e manter a equipa informada e motivada.

4. Desafios Atuais e Futuros

Com fenómenos extremos mais frequentes e a digitalização crescente, os desafios da comunicação na gestão de emergências incluem:

- Combate às fake news em tempo real
- Segurança dos sistemas de comunicação (cibersegurança)
- Inclusão digital de populações mais vulneráveis
- Integração de inteligência artificial e análise de dados em tempo real

A comunicação não é apenas uma função de suporte – é estratégica, é a espinha dorsal da gestão de emergências. Vai muito além da simples transmissão de mensagens: estrutura a ação, informa o público e salva-vidas.

Investir em sistemas, formação e estratégias de comunicação é investir na resiliência coletiva. ■

OPINIÃO

REFLEXÃO SOBRE AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, SEUS EFEITOS NOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

PREVENIR PARA PROTEGER OPERACIONAIS, POPULAÇÕES E O AMBIENTE

José Fernando Alves

Professor Assistente Convidado da Universidade Lusófona – Centro Universitário do Porto

Os desafios presentes para a coresponsabilização

As transformações que temos estado a assistir, que resultam das alterações climáticas, têm potenciado incêndios florestais com outras características desafiadoras, que nos trazem logo à partida, um conjunto novo de desafios e preocupações recentes, para 3 áreas fundamentais, ou seja, para a Saúde Pública, para área da Ação Social e naturalmente, para área da Proteção Civil.

Esta trilogia de novos desafios e de novas preocupações, agora acrescidas face à nova realidade climática que temos estado a observar nos últimos anos, constatamos que a forma acentuada como os incêndios florestais extremos têm colocado em perigo a saúde pública e naturalmente as populações.

Importa também, refletir sobre os efeitos que estas mudanças têm sobre os operacionais, sobre as populações e o próprio ambiente e, com isto, percebermos como é que se deve articular uma nova atitude de prevenção e uma nova atitude de reforço na resposta operacional, e qual deve ser a resposta para operacionalizar soluções ajustadas a estas novas realidades.

Perante estes novos desafios, temos de identificar as suas principais preocupações, identificar os vetores de análise, designadamente: os efeitos, os desafios, os impactos e as soluções, que se manifestam no ambiente, nas populações, nos operacionais, na saúde, na segurança e na resposta ajustada à mudança.

Estamos, portanto, perante uma nova forma desafiadora de interpretar e intervir nos incêndios florestais, relativamente aquilo que são os seus efeitos potenciados pelas alterações climáticas.

Campus do LNEC



Podemos concluir, que do ponto de vista dos riscos para a saúde pública, os incêndios, cada vez mais complexos e extremos, libertam cada vez maiores quantidades de partículas e gases tóxicos no ar, que afetam a saúde pública, especialmente para as pessoas com condições respiratórias mais débeis.

Face às características acentuadas da contaminação, que se propagam para grandes distâncias, inevitavelmente têm efeitos muito nefastos na saúde pública e de uma forma particular, nas pessoas identificadas como grupos-alvo, mais fragilizados do ponto de vista da saúde.

Por outro lado, constatamos cada vez mais a perda acentuada da biodiversidade, pois, os incêndios extremos levam à uma perda mais significativa e com mais dificuldades de recuperação de diferentes espécies, quer de animais, quer de plantas, quer na destruição de um conjunto de ecossistemas fundamentais para o equilíbrio da nossa biodiversidade.

Cada vez mais, a rápida recuperação da normalidade das áreas afetadas pelos riscos potenciados pelas alterações climáticas, e no caso concreto dos incêndios extremos, apresentam dificuldades que

se vêm acentuado. Estes desequilíbrios e estes impactos que têm efeitos na economia, especialmente nas comunidades que dependem da agricultura, da silvicultura e do turismo, ultimamente muito acentuados, começa a ser cada vez mais difícil fazer uma recuperação sustentada e equilibrada face ao custo-benefício do risco.

Desafios, impactos e soluções para saúde pública, para a ação social e para a proteção civil

Estamos, perante desafios mais acentuados para a Saúde Pública, para a Ação Social e para a Proteção Civil e, com isto, devemos refletir sobre 3 aspetos em que devemos de facto apostar cada vez mais, designadamente:

- A **prevenção e a preparação**, pois é fundamental desenvolver estratégias integradas de prevenção e preparação, para minimizar o impacto das alterações climáticas e dos incêndios florestais, designadamente nas populações, no ambiente e nos operacionais, no que à proteção da saúde diz respeito;
- Uma **resposta mais rápida, mais eficaz e eficiente**, em planeamento antecipado, assente naquilo que é a premissa de uma proteção civil preventiva. Uma resposta integrada rápida e eficaz, para lidar com os efeitos das alterações climáticas e dos incêndios, que hoje se comportam de forma muito mais extrema, muito mais perigosa, muito mais desafiante, situação que no passado recente não estávamos habituados;
- A **colaboração e coordenação**, assente na base da **preparação e treino conjunto**. Aqui é fundamental promover a cooperação e a coordenação integrada entre as diferentes entidades envolvidas, quer as entidades da Saúde Pública, quer as entidades de resposta da Ação Social, quer na resposta da Proteção Civil, para que em conjunto possam enfrentar os desafios das ações climáticas, com vista a requalificar melhor as diferentes respostas destas três áreas, quando têm de atuar em conjunto.

Temos, assumidamente identificados um conjunto de impactos genéricos, que estas alterações têm estado a colocar à nossa segurança comunitária. O aumento de doenças respiratórias devido às alterações climáticas, o aumento da poluição do ar, o agravamento de doenças respiratórias como a as-

ma, a doença pulmonar obstrutiva crónica e até, a problemas cardíacos graves, para além da propagação de doenças transmitidas por vetores, com mosquitos e carrapatos, são desafios que nos deve mobilizar de forma mais integrada e mais preventiva. Quer uns, quer outros, podem ainda aumentar o risco de propagação de doenças como a malária e o aumento de doenças respiratórias relacionadas com as ondas de calor, que podem levar a um aumento de doenças relacionadas como como a exaustão por calor e o golpe de calor, aumento de stress e desequilíbrios emocionais.

Estamos, pois, perante um conjunto de impactos genéricos, que são mais acentuados face a esta complexidade que os riscos dos incêndios extremos têm gerado, fruto destas alterações climáticas. De facto, temos de pensar em soluções integradas de como resolver estes novos problemas ou pelo menos, os problemas mais acentuados, com soluções que deveriam passar naturalmente por investirmos na motorização e na previsão, ou seja:

- Desenvolver e implementar sistemas de medição e previsão para os efeitos das alterações climáticas na saúde pública, particularmente quando associado especialmente no caso, aos incêndios extremos dos quais resultam graves níveis de poluição e de contaminação a vários níveis.
- Apostar na educação e na consciencialização, ou seja, criar a consciencialização para os riscos potenciados pelas alterações climáticas para a saúde pública e, desenvolver nas pessoas o conhecimento necessário e suficiente para implementarem as medidas de autoproteção adequadas;
- O desenvolvimento de Planos de Emergência, *versus* Planos de Contingência, para lidar com os efeitos das alterações climáticas na saúde pública, implica também aqui, refletir a necessidade da integração dos planos de ação climática com os planos de emergência, para que efetivamente ambos sejam vistos como solução eficaz e sustentável de uma resposta integrada;
- Promover a colaboração e a coordenação cada vez mais entre os profissionais da área da Saúde Pública, da área da Ação Social e da Proteção Civil, para mitigar os efeitos das alterações climáticas, através e, nas ações de prevenção e de respostas integrada. Hoje, não podemos ter ca-

da uma das entidades agir por ato isolado, sendo necessário cada vez mais atuar de forma coordenada numa convergência estreita, que terá de ser precedida naturalmente do seu treino para estas adaptações a novas realidades.

Podemos concluir, que estamos perante desafios a serem desenvolvidos cada vez mais de forma integrada e coordenada, para garantir a segurança e o bem-estar das populações afetadas. Estamos pois, perante novas realidades ou realidades potenciadas, que terão de ter naturalmente também o reforço, nomeadamente naquilo que é a proteção da saúde, pois os incêndios poluem, libertam substâncias químicas tóxicas no ar, que afetam a saúde das pessoas, especialmente aquelas que têm doenças respiratórias e podem em muitos casos levar à morte. Por outro lado, os desafios da resposta de emergência aos incêndios florestais extremos são altamente desafiadores, quando ocorrem especialmente em áreas remotas com acessos difíceis, protelando o desafio integrado do apoio social.

Proteger populações e operacionais, com melhor coordenação e integração de ações e responsabilidades

As pessoas quando afetadas pelos incêndios florestais, podem precisar de apoio social, incluindo abrigo, alimentação, assistência médico-sanitária e psicológica, sendo também um desafio integrado que tem a ver com a prevenção e a preparação para os incêndios florestais, que são fundamentalmente desafiadores, especialmente em áreas com recursos mais limitados.

Se estamos perante desafios de forma integrada e coordenada para garantir a segurança e o bem-estar das pessoas afetadas, então temos, também de pensar em soluções integradas, que devem passar primeiro por cooperação e coordenação entre a resposta da Saúde Pública, da Proteção Civil e o da Ação Social, de forma a garantir uma resposta eficaz e integrada.

Os Centros de Coordenação Operacionais Municipais (CCOM), são por excelência o local e o espaço de debate, de preparação e de integração de todas estas colaborações, como solução integrada dos próprios Planos de Emergência com os Planos de Ação Climática. Cada vez mais, os Planos de

Emergências devem efetivamente incluir estas novas realidades e desequilíbrios, face às alterações climáticas, de um conjunto de riscos e particularmente este, que exige uma prevenção na antecipação e uma melhor preparação da Resposta e da Recuperação, para que sejam fundamentais para garantir a segurança e o bem-estar das populações afetadas.

O treino (simulacros integrados) e a capacitação dos profissionais de saúde, da proteção civil e do apoio social, são fundamentais para garantir que todos eles estejam preparados para responder aos desafios. O treino e a preparação dão de facto muito trabalho, mas é aqui que se aposta na melhor atitude de resposta para se conseguir ganhar o desafio de socorrer, salvar e proteger. O treino em conjunto, testando cenários ajustados a estas novas realidades, capacitam para um objetivo comum numa ação comum integrada de coordenação. Este é fundamental para garantir em tempo útil, que as pessoas afetadas pelos efeitos possam receber o apoio necessário para se recuperarem.

A tecnologia como instrumento de reforço e apoio à decisão operacional

Hoje, temos tecnologia e inovação capaz de ajudar a potenciar melhores soluções, nomeadamente os drones, sensores e outros instrumentos e aplicativos, podem ajudar a melhorar a resposta aos incêndios florestais e prevenir antes de acontecer. Com o apoio da tecnologia, teremos mais e melhores respostas e mais rápidas, mais eficazes, mais coordenadas, mais ajustadas a estes novos desafios. Estamos também perante desafios futuros, pois as alterações climáticas não vão diminuir, não vão parar, antes pelo contrário, tudo aponta com evidências científicas, para um contínuo agravamento e por isso mesmo, os riscos são cada vez mais potenciados por estas alterações, também obviamente se vão agravar e particularmente, no caso em apreço os incêndios florestais extremos, desafios novos, muito mais desafiadores, nomeadamente o crescimento da população e esta exposta, porque está dispersa pela floresta e pelo interface urbano florestal, que se nos colocam como desafios mais complexos, com os quais devermos saber interpretar e agir.

Importa perante toda esta nova realidade, refletir como proteger e monitorizar a saúde dos operacionais da proteção civil e da população exposta e mais fragilizada.

De facto, temos de encontrar algumas novas respostas para esta problemática. Temos efetivamente de investir nos instrumentos de prevenção da saúde da própria população, que é afetada com a sua exposição ao fumo e às partículas e igualmente, a dos operacionais. Estamos perante grupos vulneráveis, o da população e o dos operacionais. No caso da população que sofre de doenças crónicas, que podem perante esta exposição agravar significativamente a sua saúde e até, no limite, pode levar á morte, urge pois ter o atrevimento de inovar o pensamento preventivo.

Necessitamos da ter instrumentos de gestão integrada, que reúnam informação sensível dos grupos alvos da população que tenham problemas graves de saúde, que podem ser afetados gravemente pela poluição dos fumos e dos gases dos incêndios, que residem em zonas de riscos muito acentuado, permitindo conhecer antecipadamente quem são, onde estão, e que ações terão quer ser desenvolvidas e por quem, para a sua proteção, confinamento e ou evacuação, antes da exposição ao risco e afetação da sua saúde. Esta gestão de informação sobre estes grupos-alvo, deve estar assente no CCOM de forma integrada e partilhada pelos Serviços de Saúde Pública, de Ação Social e da Proteção Civil.

Desafio futuro para a salvaguarda do ambiente, das populações e dos operacionais

Estamos perante um grande desafio, que é implementar uma nova estratégia de verificação e monitorização, que permita a monitorizar dos riscos para a saúde dos operacionais, assente em instrumentos tecnológicos no Posto Comando para medição em tempo real, que devem de facto refletir esta preocupação e, devem também, refletir uma nova capacidade tecnológica para apoio á tomada de decisão operacional preventiva.

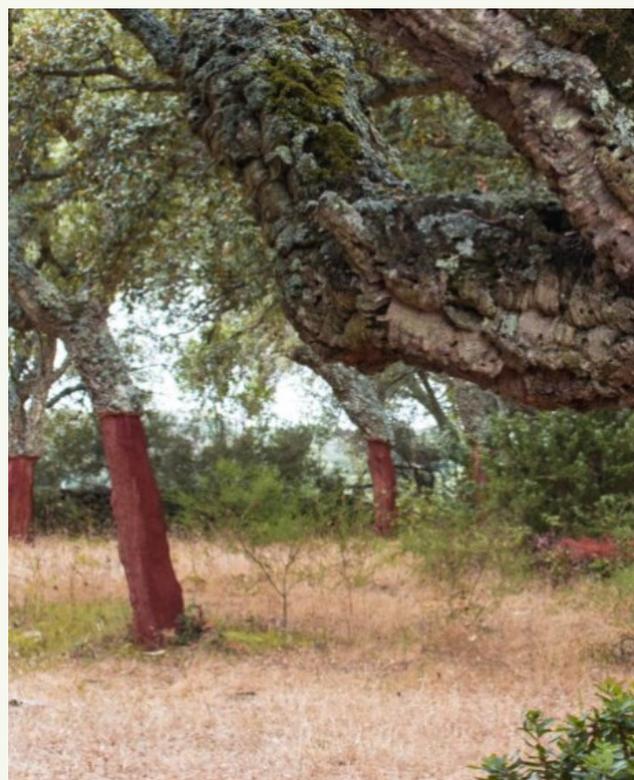
Esta tecnologia, pode e deve, também, ser através de sensores a usar pelos operacionais, que deveriam transportar no seu próprio equipamento, para que essa informação medida em tempo real, possa

chegar ao Posto de Comando e permitir por antecipação avaliar o estado e a exposição ao risco de operacionais, mas também das populações afetadas.

A utilização de sensores de medição da contaminação do ar e do próprio solo, devem ser colocados nas viaturas operacionais, ou em alternativa, nas viaturas das Equipas de Reconhecimento e de Avaliação da Situação (ERAS), para que efetivamente possam segurar essa motorização e fornecer em tempo real, informação determinante aos Postos de Comando e aos Centros de Coordenação Operacional Municipal, para que as entidades da Saúde Pública, da Ação Social e da Proteção Civil possam avaliar e ter instrumentos de apoio a uma decisão de antecipação.

Estamos perante um grande desafio, o de pensar diferente e agir numa atitude ajustada ao futuro, face às alterações climáticas e aos seus efeitos graves nos riscos potenciados pelas alterações, que nos deve mobilizar no debate científico e técnico, juntando de forma mais interligada as diferentes instituições que têm de intervir.

Na prevenção, na coordenação, na articulação, e na sensibilização e preparação das populações numa visão mais ampla, podemos ganhar este desafio de melhor proteger e socorrer as pessoas, defender o património e o ambiente. ■



OPINIÃO

DEVE A PROTEÇÃO CIVIL SER UMA ESTRUTURA DO ESTADO PRÓXIMA E COERENTE COM O TERRITÓRIO?

Diogo Miguel Pinto

Geógrafo - Mestre Riscos, Cidades e Ordenamento do Território

Nos últimos meses, regressou ao debate público o tema da reorganização territorial da Proteção Civil, onde a opção poderá passar pela reinstalação dos anteriores comandos distritais e a eliminação dos atuais comandos sub-regionais. Criados em 2023, os comandos sub-regionais promoveram um alinhamento da organização da Proteção Civil com a delimitação dos territórios das Comunidades Intermunicipais (CIM).

A proposta de reversão desta medida merece uma reflexão séria e profunda, não só pelos impactos operacionais que poderá causar, mas sobretudo pelas implicações que acarreta na coesão e eficácia da própria arquitetura institucional do Estado Português.

A organização do território constitui uma das manifestações mais claras da ação de um Estado. Como tal, quando diferentes setores da administração pública seguem lógicas territoriais díspares, instala-se uma enorme desarticulação institucional. Esta fragmentação conduz à sobreposição de estruturas e, inevitavelmente, a uma acentuada ineficiência. Por isso, qualquer retrocesso para o modelo distrital, como se recomenda agora na Proteção Civil, representa não só uma inversão da estratégia, mas uma rutura significativa com a coerência exigida à ação pública no século XXI.

É neste contexto que importa analisar a proposta de retomar o modelo distrital, uma herança do século XIX, instituída em 1835 por Passos Manuel, e que hoje representa um anacronismo administrativo sem precedentes. Os distritos foram relevantes num determinado contexto histórico do país, mas hoje encontram-se totalmente desajustados da realidade administrativa contemporânea. Embora subsistam como base dos círculos eleitorais para a Assembleia da República, não têm órgãos administrativos próprios desde a extinção dos Governado-



res Civis. Estão ausentes da lógica de financiamento europeu, não constituem uma referência na gestão e no ordenamento do território e encontram-se cada vez mais afastados das dinâmicas reais e atuais de Portugal.

Ora, a atual organização da Proteção Civil em comandos sub-regionais foi concebida para se ajustar à realidade territorial do país tal como ele é hoje, mais articulada com os municípios, mais consciente das especificidades locais e mais preparada para responder a riscos cada vez mais complexos num contexto de alterações climáticas. A ideia foi simples e clara, aproximar as estruturas Proteção Civil das pessoas e dos territórios, reforçando a articulação com quem está no terreno e, naturalmente, conhece melhor o território. Ainda assim, estamos a falar de um modelo recente, que precisa de tempo para ser testado, afinado e validado. É natural que existam constrangimentos iniciais, mas o caminho deveria ser o da otimização e do reforço do atual modelo, e não o seu abandono prematuro.

Portugal tem sido, historicamente, um país onde a política pública muitas vezes responde de forma

reativa. Quando ocorre uma tragédia, como os incêndios de 2017, reformulam-se leis, reorganizam-se estruturas e anunciam-se mudanças profundas. No entanto, nem sempre conseguimos consolidar essas transformações ou assegurar melhorias sustentadas no terreno. No que concerne especificamente aos incêndios rurais, por exemplo, a criação do Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais (SGIFR) e a própria reformulação da governança da Proteção Civil, permitiu dar dados os primeiros passos num caminho, a longo prazo, mais coerente e estruturado.

No caso da Proteção Civil, a atual estrutura sub-regional não nasceu de um impulso político, mas sim de um profundo processo, construído com base em estudos técnicos e recomendações de diversas comissões independentes (como as que analisaram os incêndios de 2017). A proposta de reversão deste modelo coloca em causa o conhecimento científico e, inclusive, compromete investimentos significativos realizados ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), bem como o esforço feito nos últimos anos para “territorializar” a Proteção Civil e aproximá-la das comunidades e das instituições locais. Mais grave ainda, trata-se de introduzir no seio do Estado mais uma duplicidade de geografias administrati-

vas, o que poderá confundir os agentes no terreno, fragilizar as redes de cooperação intermunicipal e comprometer a lógica de governação territorial da administração pública. Numa emergência, onde cada segundo conta, esta indefinição territorial pode comprometer a coordenação, atrasar decisões e enfraquecer uma resposta robusta.

É legítimo e até necessário debater os constrangimentos que ainda persistem na implementação do modelo sub-regional, nomeadamente no que diz respeito à definição de competências e à operacionalização dos comandos. Mas estes desafios resolvem-se com correções e não com ruturas abruptas, até porque não é possível construir um Estado moderno tendo por base estruturas do século XIX. A resposta aos riscos do presente e do futuro exige proximidade, flexibilidade, especialização e integração territorial.

Portugal precisa de uma estrutura do Estado coerente com o território. Esta não é uma questão meramente técnica, mas sim uma exigência de eficácia, de justiça e de confiança nas instituições. E, nesse caminho, a Proteção Civil deve ser um exemplo, e não uma exceção à lógica da racionalidade. ■

3.^a Conferência Nacional

Gestão de Eventos Extremos e Emergências Complexas

21 e 22 Abril 2026

Programa e Inscrições Brevemente!

Auditório EDP | Lisboa

Organização

CENTRO DE ESTUDOS E INTERVENÇÃO EM PROTEÇÃO CIVIL

The poster features a dark, textured background with a collage of images: a person in a white protective suit, a map, a power line tower, and a building. The logo for the 3rd National Conference (3.^a CN) is in the top left, and the organizing center's logo is in the bottom left.

OPINIÃO

PROGRAMA DO XXV GOVERNO CONSTITUCIONAL - O MUNDO PULA E AVANÇA. E O SETOR DA PROTEÇÃO CIVIL MARCA PASSO.

Pedro Louro

Comandante do CBV do Concelho de Espinho

Foi divulgado o programa do Governo com diversas referências à área da proteção civil, dos bombeiros e da emergência médica.

Na primeira referência à "proteção civil", é dito que *"é fundamental reforçar as capacidades de prevenção e reação dos serviços de proteção civil"*. Propõe-se, o Governo, a *"trabalhar na qualificação da sua resposta, com uma maior incorporação tecnológica, na valorização dos seus meios e recursos humanos, e na maior interoperabilidade entre os serviços de Proteção Civil e os demais meios e serviços relevantes do Estado e das autarquias locais"*.

Imprecisões terminológicas à parte, são conceitos gerais difíceis de alguém discordar. O mesmo não se pode dizer de duas (sim, só duas) **"metas"** definidas:

"Reforçar a valorização dos Corpos de Bombeiros Voluntários;

Plano de Regularização das dívidas aos Corpos de Bombeiros: garantir que todas as entidades efetuam os pagamentos devidos no prazo de 30 dias"

Li e reli à procura de mais. E não encontrei mais nada. É isto??? São estas as metas para o setor da proteção civil???

Vamos às "medidas":

- *"Criação de cursos profissionais nas áreas de segurança interna e proteção civil como forma de captar novos recursos humanos qualificados e capacitados para estas áreas operacionais;*
- *Promover alterações estruturais na realidade dos corpos de bombeiros nacionais;*
- *Investir no Sistema de proteção civil reforçando as suas capacidades operacionais, tendo em consideração a maior prevalência de fenómenos climáticos extremos.*

Este investimento traduz-se:

- ◆ *Reestruturar a organização territorial das enti-*



dades de proteção civil;

- ◆ *Reforço da interoperabilidade tecnológica entre a proteção civil e as forças de segurança;*
- ◆ *A SIRESP, SA será integrada num instituto público, por forma a assegurar que as competências tecnológicas críticas estão internalizadas no Estado e devidamente financiadas;*
- ◆ *Implementar o Sistema de Apoio à decisão operacional da ANEPC".*

Julgo que a minha condição de bombeiro me isenta de qualquer suspeição sectária. Dito isto, não se confunda a beira da estrada com a estrada da beira.

Os Corpos de Bombeiros são o agente de proteção civil mais significativo do setor, mas a atividade de proteção civil é muito mais abrangente! Honestamente, pensei que já se tinha compreendido isso, pelo menos, quem tem o dever de assessorar o Governo nesta matéria devia compreender. Esperava-se, portanto, metas e medidas que abrangessem precisamente todo o espectro da atividade de proteção civil. E nem uma palavra quanto a aspetos significativos como:

- ◆ *Incentivo e desenvolvimento de medidas prioritárias contidas na Estratégia Nacional para*

uma Proteção Civil Preventiva 2030, cujo ponto de situação e acompanhamento é hoje desconhecido, mas essencial para o exercício de um dos pilares básicos da atividade;

- ◆ Informação e sensibilização pública, onde o caminho a percorrer é imenso e só isso daria um texto mais longo que este;
- ◆ Incorporação de tecnologia e envolvimento do nível académico nos processos de avaliação de risco e planeamento de emergência em muito do trabalho já existente, mas cujo formato atual o torna em fardos burocráticos difíceis de aceitar, mas sobretudo de implementar;
- ◆ Incorporação das lições aprendidas dos últimos anos no quadro legal e balizador da atividade de proteção civil, designadamente as lições da COVID-19, da crise energética da distribuição dos combustíveis, dos ciberataques e do recente “apagão”;
- ◆ Reestruturação da ANEPC, uma entidade altamente burocrática e muito pouco ágil para a sua natureza, carregada de recursos humanos para o exercício de processos administrativos caducos e com muito pouco músculo, leia-se quadros operacionais próprios do Estado Central, designadamente da Força Especial de Proteção Civil, que continua estagnada ou, talvez, num processo de morte lenta;
- ◆ Alteração do paradigma da dispersão de centros de gestão de operações de diversas entidades (cada um com a sua capelinha e com modelos de partilha de informação arcaicos), apontando o futuro para centros integrados de operações de emergência em menor número, mas com eficiência muito superior, com acento de oficiais de ligação de todos os agentes de proteção civil (APC);
- ◆ Articulação entre as Autarquias Locais e a ANEPC através de uma plataforma de gestão comum (hoje o SADO), assim como medidas de reforço e balizamento de serviços mínimos no patamar municipal em função de fatores como população, riscos, dimensão territorial, etc contribuindo para mitigar a grande assimetria a que hoje se assiste no território.

rio.

- ◆ Estes são alguns exemplos em que, certamente, se desejaria que existissem linhas estratégicas e sobretudo metas concretas de execução. Por isso, resta-me a esperança de que as escassas das medidas apresentadas, por serem tão amplas queiram dizer:
- ◆ Passar a um Centro Nacional de Gestão de Emergências e cinco Centros Regionais quando se diz “Reestruturar a organização territorial das entidades de proteção civil”;
- ◆ Integração de Oficiais de Ligação dos diferentes APC em permanência nos diferentes centros de gestão de emergência, tornando o atual modelo de situações excecionais de centros de coordenação operacional num modelo de rotina, quando se diz “Reforço da interoperabilidade tecnológica entre a proteção civil e as forças de segurança”;
- ◆ Investimento no reforço da rede TETRA explorando todo o seu potencial, quando se diz “A SIRESP, SA será integrada num instituto público, por forma a assegurar que as competências tecnológicas críticas estão internalizadas no Estado e devidamente financiadas”;
- ◆ Fazer o upgrade para um sistema que permita, por exemplo, interligar o patamar municipal ao patamar adjacente, suprimir muitas das comunicações por telefone e por rádio hoje existentes e depois registadas manualmente, georreferenciar (a sério) os recursos, criar dashboards de apoio à decisão, etc em suma, implementar um sistema de gestão de ocorrências do século XXI, quando se diz Implementar o Sistema de Apoio à decisão operacional da ANEPC.

Em relação aos Corpos de Bombeiros, já que sobre o incentivo à fusão/redução do número de CB à nível nacional bem como à existência de serviços operacionais mínimos e respetivos indicadores de desempenho em cada município nada é dito, fica a esperança de que as medidas apresentadas se traduzam, entre outras, na profissionalização H24 de todas as EIP, numa perspetiva de carreira atrativa para os jovens, na existência de formação de nível superior para Oficiais Bombeiros e

respetiva carreira, assim como na implementação dos tais contratos programa para as autarquias locais e para o estado central.

Por último, uma palavra sobre o INEM que parece viver num “sistema” à parte designado por Sistema Integrado de Emergência Médica (SIEM), mas que, na verdade e na prática, tem apenas a seu cargo uma área de especialização, a emergência médica pré-hospitalar do Sistema Integrado de Proteção e Socorro (SIOPS).

Lê-se no programa do Governo *“Reformar o INEM, no que concerne à sua natureza jurídica, competências e atribuições, modelo de financiamento, controlo orçamental e de gestão, modelo operativo, e perfil funcional e de competências dos seus Recursos Humanos. Transformar o INEM numa Au-*

toridade Nacional de Emergência Médica que garanta serviços eficazes, eficientes e sustentáveis.”

O que gostava de ler, como português e como conhecedor de ambos os “sistemas”, era efetivamente que o futuro desta instituição que muito prezo, passaria pela fusão com a ANEPC, que igualmente prezo. E assim nasceria a Agência Nacional para a Gestão da Emergência, com vários pilares, em que um seria a Direção Nacional de Emergência Médica.

Talvez estas sejam medidas demasiado ambiciosas, com um grau de compromisso muito exigente ou um risco de incumprimento grande para a janela temporal dos ciclos políticos. Mas, quanto a mim, todas elas inevitáveis no futuro. ■

POR PORTUGAL... NO FÓRUM EUROPEU DE SEGURANÇA URBANA

Nuno de Sousa

Mestre em Estratégia

Nota de leitura:

Este artigo só interessa a quem deseje participar em esforços coletivos organizados com vista a promover os interesses de Portugal e das cidades portuguesas. Se não estiver interessado... passe ao artigo seguinte.

A influência de um país pode encontrar reflexo na perceção dos que o observam do “exterior”, atendo à sua cultura e coesão interna, avaliando a capacidade de conceber, propor, participar, trabalhar, influenciar o desenvolvimento de projetos no interesse das comunidades que compõem esse país, e que participando em organizações especializadas estrangeiras, se façam representar coletivamente, de modo organizado, acima de interesses individuais ou de grupo.

Entre os dias 16 e 18 de junho de 2025, o Município de Setúbal participou em representação isolada, na Assembleia Geral do Fórum Europeu de Segurança Urbana (FESU), realizada em Gdansk, Polónia, onde integra o Comité Executivo do fórum, ocupando uma das seis vagas de representação disponíveis por país. Lisboa e Matosinhos ocupam 2 vagas, encontrando-se disponíveis 3 lugares pa-



ra cidades portuguesas. Consultando o sítio de internet do FESU, além das cidades identificadas com presença no Comité Executivo, integram o FESU as cidades do Porto, Oeiras, Montijo, Cascais e Amadora.

Nos últimos anos, não poucas vezes, os representantes da cidade de Setúbal, participando isoladamente, ou em diminuta representação das cidades portuguesas no Comité Executivo do Fórum Europeu de Segurança Urbana, foram confrontados com uma pergunta incómoda realizada pela Secretária-Executiva Elizabeth Johnson, contudo sempre recorrente: “O que se passa em Portugal? Como

está o Fórum Português para a Prevenção e Segurança Urbana (FOPPSU)? Quando é que se organizam? Necessitam de ajuda? É necessário organizar o vosso Fórum... fazem falta no Fórum Europeu de Segurança Urbana!"

Esta pergunta encontrou sempre a mesma resposta... um encolher de ombros, um sorriso desmaiado envergonhado... e um pensamento velado associado: "Nós não nos organizamos... nem nos deixamos organizar!", mas sempre saiu: "Nós vamos organizarmo-nos!"

John Hicks ("What is Security?". Rothschild, 1995) afirmou que "não é vantajoso avançar sobre uma análise apurada sobre uma definição **sem que tenhamos decidido sobre o propósito** para o qual a definição é desejada". O mesmo conceito pode aplicar-se à segurança urbana e à participação das cidades portuguesas no Fórum Europeu de Segurança Urbana. Que propósito justifica a participação das cidades portuguesas?

Para encontrarmos uma resposta é necessário inquirir: O que é a segurança urbana? A segurança urbana refere-se ao conjunto de políticas, estratégias e práticas que visam garantir a segurança e a qualidade de vida das pessoas que vivem nas cidades e vilas. Envolve uma abordagem abrangente e integrada que vai para além do policiamento e da repressão, enfatizando a prevenção do crime, a coesão social, a governação democrática, a adaptação às alterações climáticas, a gestão de emergências e crises e a proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos.

O propósito justifica-se na razão do FESU ser uma rede de mais de 250 regiões e cidades europeias, em representação expansiva para o leste europeu e diminutiva no país mais a oeste da Europa - Portugal, sendo uma organização que efetua "*lobby*" para as temáticas e projetos da segurança urbana junto da Comissão Europeia, captando recursos para projetos europeus, com integração dos seus associados por áreas temáticas de interesse, efetuando protocolos de colaboração com institutos de investigação, universidades, organizações não governamentais, associações e empresas privadas que operam nos domínios da segurança, dinamizando uma rede de *networking* de informação e apoio técnico, com um rico historial de casos de

estudo e boas práticas, promovendo-se como um *hub* de conhecimento ao qual os associados podem recorrer face a novos conhecimentos, novas tecnologias, auditorias de segurança, partilha de experiências e revisão por pares.

Os novos desafios globais, emergentes e complexos, que afetam ou virão a afetar as cidades portuguesas, derivados de novas dinâmicas geopolíticas, das alterações climáticas, de crises globais financeiras e de acesso a recursos críticos, de migrações humanas e conflitos armados entre atores convencionais e não convencionais, em confrontação aberta, assimétrica ou híbrida, convoca as cidades portuguesas a integrar-se (e não a excluírem-se) deste espaço que é de ação política, mas também de apoio técnico altamente especializado, através da interação com outras cidades e regiões europeias, podendo, pela participação no FESU, aceder a problemáticas que ainda não assolam os nossos territórios, ou a outras que assolam ou estão prestes a manifestar-se, podendo recolher informação sobre estas ameaças, riscos e vulnerabilidades bem como estratégias para a sua gestão e resolução, prevenindo e preparando-se antecipadamente para a resposta, acedendo a conhecimento e boas práticas desenvolvidas para a resolução desses problemas, com ação colaborativa entre pares.

Realisticamente, como em qualquer organização, cada ator participante associa-se aos pares com quem tem maior afinidade, procurando influenciar as dinâmicas internas das organizações. O Fórum Europeu de Segurança Urbana não é imune a esta forma de ação. Cada país com interesses relevantes no fórum organiza-se em fóruns nacionais, desenvolvendo projetos próprios ao nível interno dos países, apresentando-se conjunta e coordenadamente, nos órgãos de decisão do FESU, em defesa dos seus interesses. A pergunta impõe-se, e Portugal? Espanha, França, Bélgica, Itália e Alemanha apresentam-se coletivamente com os seus fóruns nacionais. O caso particular do fórum francês é particularmente interessante pela integração de cidades do espaço francófono que se situam fora do espaço europeu (Fort-de-France, Martinica) na comunidade de cidades e regiões europeias do FESU. Não encontraria o Fórum Português de Pre-

venção e Segurança Urbana (se alcançasse o mínimo de organização) motivação/missão similar junto de cidades dos países da CPLP? Talvez seja muita ambição! Mas houve momento que a ambição existiu. Entre 2010 e 2017 o saudoso Dr. Guilherme Pinto, Ex-Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, assumiu a Presidência do FESU com dinamização do FOPPSU. Hoje estamos reduzidos a uma presença "simbólica" com o Fórum Português de Prevenção e Segurança Urbana em estado de latência, sem qualquer manifestação de organização ou atividade.

Retornando ao propósito... interessa ou não às cidades portuguesas integrar um fórum com experiência em "lobby" junto das instâncias europeias, em prospeção e elaboração de candidaturas com sucesso a projetos europeus, com um volume de experiência acumulada na implementação, com sucesso, de iniciativas em diferentes áreas temáticas da segurança holística: auditorias e metodologia, gestão de crises, violência discriminatória, drogas, inovação e tecnologia, mediação e profissões relacionadas com segurança, saúde mental, crime organizado, polícia e justiça, espaços públicos, polarização e radicalização, grupos específicos, cidade à noite, igualdade de género e violência baseada no género?

O Fórum Europeu de Segurança Urbana é a principal organização de nível europeu que promove propostas políticas passíveis de serem integradas na gestão da segurança das cidades, com projetos financiados e executados em parceria com cidades europeias que integram o fórum, gerando sinergias e casos de estudo passíveis de mimetismo para

espaços com problemáticas de segurança semelhantes, possibilitando saltar etapas experimentais sem bases objetivas de alcance de resultados. A existência de mais de 30 anos de casos de estudo com implementação testada de soluções, com possibilidade de consulta de bolsa de especialistas e consultores, facilita o processo de seleção de opções a adotar face a determinada problemática de segurança com que um responsável político de um município se depare e cuja necessidade exista para a sua gestão. Acresce a esta argumentação prática o fator psicológico emocional da vontade e orgulho da representação nacional por intermédio da existência de um Fórum Português para a Prevenção e Segurança Urbana no seio do FESU, que ombreie de igual para igual com os fóruns nacionais de Espanha, França, Bélgica, Itália e Alemanha.

Se chegou a esta fase da leitura do artigo, sente-se português, defende uma representação portuguesa organizada em torno do alcance de objetivos comuns, com vontade de influenciar as decisões ao nível dos órgãos de gestão do FESU, é vereador/a na administração local, presidente de câmara, ou está em posição de influenciar a decisão de um político da administração local, considere a possibilidade de contribuir para uma representação portuguesa ORGANIZADA aderindo ao Fórum Europeu de Segurança Urbana, apoiando, internamente, a regularização e funcionamento do Fórum Português de Prevenção e Segurança Urbana. Por Portugal e pela segurança das cidades portuguesas. ■

Angariação de Sócios



Apoie a nossa missão...

Adira ao CEIPC Faça-se Sócio

Quota anual 15€

Inscreeva-se

aqui

ASSOCIADOS/AS

Continuamos a divulgar o perfil de associados do CEIPC que, pela qualificação e mérito dos seus currículos, muito valorizam o nosso corpo social. Nesta edição divulgamos o perfil do nosso associado, **JOSÉ PEDRO LOPES, seguramente um dos mais qualificados quadros técnicos que o sistema produziu, ao longo das últimas três décadas.**

Síntese biográfica

Nasceu na cidade da Guarda, em 1960. É licenciado em “Engenharia Civil - Ramo de Estruturas”, pelo Instituto Superior Técnico, Pós-graduado em “Proteção Contra Incêndios de Edifícios”, pela Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra e LNEC e Mestre em “Segurança aos Incêndios Urbanos”, pela Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra e LNEC.

Em 2020, qualificou-se como “Especialista em Proteção de Pessoas e Bens”, com provas públicas, pelos Instituto Politécnico de Castelo Branco, Instituto de Engenharia de Coimbra e Instituto Politécnico de Leiria.

Em maio de 1993, assumiu, no então Serviço Nacional de Bombeiros (SNB), as funções de Inspetor Regional Adjunto de Bombeiros do Centro. Em janeiro de 1994 passou a desempenhar as funções de Inspetor Regional de Bombeiros do Centro, que manteve até julho de 1998, quando foi convidado para Inspetor Nacional Adjunto de Bombeiros.

Em 2001 foi nomeado Vice-presidente do Serviço Nacional de Proteção Civil, a que se seguiram os cargos de Vice-presidente do Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil e, posteriormente, de Vogal do Conselho Diretivo do INEM.

Em 2013 assumiu as funções de Diretor Nacional de Bombeiros, na Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, tendo, em 2021, transitado para Vogal da Direção da Escola Nacional de Bombeiros, cargo que desempenhou até 30 de junho de 2024.

Desde 2002 que leciona em diversas Licenciaturas, Pós-graduações e Mestrados, quer na área da Proteção Civil em geral, quer em Segurança Contra Incêndios em Edifícios em especial.



Tem sido orientador de diversos Trabalhos de Fim de Curso e orientador ou arguente de várias teses de Mestrado.

Está credenciado como Projetista de Segurança Contra Incêndios em Edifícios de 2.ª a 4.ª Categorias de Risco.

Entre setembro de 2024 e fevereiro de 2025 desempenhou funções no gabinete de projetos de Segurança Contra Incêndios ETU - Fire Safety Consultants, Lda.

É membro da Ordem dos Engenheiros e de diversas associações profissionais. É sócio fundador do CEIPC - Centro de Estudos e Intervenção em Proteção Civil e da AESCI - SFPE Portugal - Associação de Engenharia de Segurança Contra Incêndios, delegação portuguesa da Society of Fire Protection Engineers.

Em 1975 ingressou no Corpo de Bombeiros Voluntários da Guarda como cadete. Ao fim de 18 anos de atividade no seu corpo de bombeiros ingressou no Quadro de Honra deste, em maio de 1993. ■



A FECHAR

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CEIPC-LBP



No passado dia 17 de junho, foi celebrado um protocolo de colaboração entre o Centro de Estudos e Intervenção em Protecção Civil (CEIPC) e a Liga dos Bombeiros Portugueses (LBP). O documento foi subscrito pelos Presidentes das respetivas organizações, Duarte Caldeira e António Nunes, no âmbito de uma Tertúlia organizada conjuntamente, tendo por foco “Pensar o Sistema Nacional de Planeamento Civil de Emergência” e que contou com a participação de 15 personalidades convidadas para este efeito. Na edição de setembro publicaremos as conclusões desta jornada de reflexão sobre um tema de tanta relevância.

Quanto ao protocolo este visa “a promoção de atividades conjuntas relacionadas com a proteção civil e os Bombeiros, aproveitando as potencialida-

des de cada uma e valorizando a sua ação ao serviço do país e da sociedade.”

Deste modo a colaboração entre as duas entidades desenvolver-se-á nas seguintes formas:

- Organização de eventos de natureza informativa e formativa;
- Realização de estudos;
- Permuta de informação técnica e científica.

A concretização e execução de eventos, bem como a realização de estudos e restantes formas de colaboração anteriormente referidas “terá como origem a formulação de propostas de qualquer uma das instituições outorgantes e nas condições a aprovar por ambas”. ■

